CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 412/91

INTERESSADO: COLÉGIO ANNA MARQUES

ASSUNTO: Consulta sobre o Parecer CEE 1112/87

RELATORA: Cons^a Melânia Dalla Torre

PARECER CEE Nº 1282/91

Aprovado em 9/10/1991

Conselho Pleno

1- HISTÓRICO

A direção do Colégio Anna Marques, da 13^a D.E., DRECAP-3, encaminha ofício a este Colegiado, solicitando esclarecimentos sobre o Parecer CEE 1112/87.

A interessada fundamenta sua consulta justificando que:

em 1985, mudou suas instalações, "com o conhecimento da Delegacia de Ensino", da Rua Lisboa, 182 para a Av. Rebouças, 1636, sem a competente autorização por parte dos órgãos próprios da SEE, devido à dificuldade em obter o Auto de Licença e Funcionamento junto à Prefeitura;

a falta desse documento gerou a instauração de sindicância, cuja designação da Comissão Sindicante foi publicada em D.O.E. de 08/08/89;

a Comissão vistoriou as instalações, os prontuários de alunos e professores, a escrituração escolar, "encontrando tudo na mais perfeita ordem", concluindo que a única falha estava na falta do referido documento;

sanado esse problema, a Escola foi autorizada a funcionar no novo endereço, conforme Portaria publicada em DOE de 03/1/90. Ocorre, porém, que, em virtude da não-autorização, de fevereiro de 1985 a janeiro de 1990, os Planos Escolares de 1986, 1987, 1988 e 1989 não foram homologados, à época.

O G.V.C.A., da SE determinou em 15/12/89, que a Escola encaminhasse ao Conselho Estadual de Educação o pedido de convalidação dos atos escolares praticados a partir de sua mudança de endereço. No entanto, a Escola alega não ter tomado ciência do referido despacho, o que só ocorreu, em 07/2/90. Por outro lado, entende a interessada que não há necessidade do pedido de convalidação dos atos praticados pela Escola, pois, nos termos

do Parecer CEE 1112/87, o estabelecimento continuou a receber visitas periódicas da supervisão durante todo o período.

A Delegacia de Ensino, a DRECAP-3 e a COGSP entendem ser necessária a mencionada convalidação pelo CEE.

2- APRECIÇÃO

A irregularidade da Escola ocorreu em 1985, quando vigia a Deliberação CEE 18/78. Nos termos do artigo 3º deste dispositivo legal, "somente serão válidos os atos escolares praticados depois da publicação, no órgão oficial, da autorização de funcionamento do estabelecimento, cursos ou habilitações.

A Escola já possuía autorização de funcionamento, quando se transferiu para outro prédio. A mantenedora alega que, à época, pela legislação vigente, não havia obrigatoriedade de comunicar a mudança de endereço. Contudo, a Deliberação CEE 18/78, no artigo 8º, deixava claro que o fundamento de classes ou cursos da mesma escola em local diverso da sede autorizada, dependeria de novo processo de autorização.

Por outro lado, não se pode aplicar o Parecer CEE 1112/87, como pretende a mantenedora, pois, conforme orientações nele contidos, a convalidação dos atos escolares praticados pela Escola faz-se desnecessária somente quando esta protocolou pedido de mudança de endereço antes do início do funcionamento do novo local. De acordo com o que constam nos autos, às fls. 75 do Processo apenso 10.176/90, não foi o que ocorreu. A Srª Delegada de Ensino, informa que a supervisão, reiteradas vezes, orientou a Escola para providenciar sua regularização (fls. 13 a 17 do Proc. apenso 10.176/90), o que não foi cumprido.

3. CONCLUSÃO

Em face do exposto, o Colégio Anna Marques, da 13ª DE, D.R.E.C.A.P.-3, deverá encaminhar documentação necessária para convalidação dos seus atos escolares no período de fevereiro/85 a janeiro/90, cumprindo as determinações legais, seguindo orientação da Delegacia de Ensino.

São Paulo, 16 de setembro de 1991.

a) Consª Melânia Dalla Torre
Relatora

4. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer, o Voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros: Aparecido Leme Colacino, Elba Siqueira de Sá Barretto, João Cardoso Pala Filho, Jorge Nagle, Maria Eloísa Martins Costa, Melânia Dalla Torre e Domingas Maria do Carmo Rodrigues Primiano.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 25 de setembro de 1991.

a) Consº João Cardoso Palma Filho
Presidente

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 9 de outubro de 1991.

a) Consº João Gualberto de Carvalho Meneses
Presidente